

FALA DO DELEGADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Leonardo Gandolfi*

O poema em questão (publicado em *Peregrinatio ad loca infecta*) é um monólogo dramático, texto no qual uma personagem histórica ou ficcional assume a primeira pessoa. O formato ganhou destaque durante a era vitoriana na Inglaterra, em que se distinguem alguns poetas, entre eles, Robert Browning. Já no século XX, o monólogo dramático evidencia certa posição moderna em poesia na qual autor e voz não coincidem. Para alguns, é como se a lógica do monólogo dramático contaminasse a própria ideia de lírica moderna, na medida em que se costuma dizer que a voz do poema pertence a uma personagem do autor.

Além do poema escolhido, Jorge de Sena escreveu outros monólogos dramáticos. Entre eles, “Lamento de Dom Juan”, do mesmo livro, e “Camões dirige-se a seus contemporâneos”, de *Metamorfoses*. Em Portugal, Sena não está sozinho nesta prática poética. Valeria citar pelo menos dois textos de outros autores: “Meditação do Duque de Gandia sobre a morte de Isabel de Portugal”, de Sophia de Mello Breyner Andresen, e “Fala de um homem afogado ao largo da Senhora da Guia no dia 31 de Agosto de 1971”, de Ruy Belo. Tais poemas ao lado de “Camões dirige-se...”, por si só, já assegurariam um lugar especial para o monólogo dramático no panorama da poesia portuguesa do século XX.

Indo mais longe, o drama em gente de Fernando Pessoa pagaria algum tributo ao monólogo dramático. Aliás, Sena inicia seu livro de ensaios *O poeta é um fingidor* com um texto de 1953 em que discute o estatuto da sinceridade artística a partir de um poema de Kaváfis, autor que, além de praticar o monólogo dramático, fez largo uso de elementos narrativos e dramáticos na lírica. Prestes a ler os versos de Kaváfis, Sena diz não acreditar na poesia que não seja escuta do mundo, sem uma extrema e contida

humildade, ao que acrescenta que cumpre ao poeta assumir dramaticamente os efeitos da própria sinceridade.

Assim, na dinâmica entre o dramático e aquilo que Sena nomeia como sinceridade, seria interessante tomar conceitos de sua poesia, como testemunho e metamorfose, e justapô-los às formas com que – no monólogo dramático – sujeito, objeto e interlocutor se relacionam. Nesse jogo talvez flagrássemos menos a prosopopeia, como figura de linguagem, do que a presença de seu mecanismo, como defende César Aira. E tal mecanismo tem a ver não com objetos ou animais que falam, mas sim com a voz desprendida que passa a falar e por isso o faz de modo desconcertante. Voz que deseja acertar as contas com o que chamamos de subjetividade.

No texto escolhido, temos um delegado dirigindo-se a um público (“meus senhores”). O endereçamento não visa a criar diferenças entre o lugar do delegado e dos interlocutores, pois rapidamente o primeiro reúne a si e aos outros sob um mesmo “nós”, como se o enunciador quisesse politicamente se colocar junto da plateia.

Já no primeiro verso o desejo de paridade se faz presente: “... Mas, meus senhores, nenhum de nós tal pensa”. Que o poema começa *in media res* é o que indica os três pontos com os quais se inicia. Conforme avança, vemos algumas ações – “a extensão/ do crime nos escapa”, “E a multidão de provas (...) em nada nos adianta” – que minam a prática do julgamento e, em última instância, minam a possibilidade da lei.

A julgar que o delegado e os outros assumam a função de juízes sem elementos para um veredito, não surpreende o encaminhamento sugerido pela voz: “Suspendemos/ nossa decisão”. E antes já falara: “Não que eu proponha a absolvição do réu”. Quanto à resolução final, não resta dúvida: “Nem liberdade, nem prisão”. O homem a ser julgado, diz o delegado, “nos é nefasto”. Seria o homenageado Kafka, seria o sr. K, personagem de *O processo*, ou seria outra pessoa?

A suspensão da sentença (não se trata de um adiamento) ou é um mergulho inusitado no mundo da burocracia opressora (tamanho paralisia interrompe a própria burocracia) ou temos um final à maneira de Bartleby, personagem de Melville cujo refrão é: “*I would prefer not to*”. De qualquer forma, a máquina embrutecida da lei emperrou. A justiça chegou a uma resolução, mas sua resolução suspende o trabalho da autoridade.

Por falar em autoridade, tal suspensão traz consequências também para a voz do poema, que defende para si a não-autoria: “requeiro que nessa acta fique escrito/ que não falei. É tudo. Tenho dito.” Neste caso, sem autoria, torna-se mais fácil sair de cena. Afinal, trata-se de um monólogo dramático. Portanto, na próxima vez, não teremos mais essa voz.

* Professor de literatura portuguesa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Organizou a antologia *O coração pronto para roubo* (2018), com poemas de Manuel António Pina. Como poeta, publicou os livros *A morte de Tony Bennett* (2010) e *Escala Richter* (2015).